

## Lançam mais dois volumes de Diretrizes



Já estão disponíveis os volumes IV e V do Projeto Diretrizes AMB/CFM, com 40 diretrizes cada, na internet e na versão impressa. As do quarto volume estavam on-line desde outubro de 2006. Participaram deste quinto volume 12 Sociedades de Especialidade, com destaque para a Sociedade Brasileira de Urologia e Sociedade Brasileira de Endocrinologia, autoras de 18 e 17 diretrizes, respectivamente.

De acordo com o Dr. Wanderley Bernardo, do comitê técnico do Projeto, este é o resultado da participação de integrantes de ambas em oficinas para a elaboração de diretrizes, promovidas pela

AMB. Além disso, tais entidades têm Comissões Permanentes de Diretrizes. O quinto volume, em sua opinião, “é fruto do interesse e do esforço de algumas Sociedades de Especialidade, e o compromisso deste grupo é com o povo brasileiro; com mais ninguém”.

Este ano, as metas do Projeto Diretrizes são publicar os volumes VI e VII, dois livros de bolso com 240 diretrizes divididas pelas áreas clínica e cirúrgica, e atualizar aquelas elaboradas em 2000 e 2001. Mais informações no site: [www.projetodiretrizes.org.br](http://www.projetodiretrizes.org.br).

*Fonte: Assessoria de Imprensa da AMB*

### PORTARIA Nº 147

## Altera regras para abertura de cursos de medicina e direito

A partir do dia 5 de fevereiro de 2007, a abertura de cursos de medicina e direito terá o respaldo de uma comissão formada por 23 especialistas em educação, sempre que houver divergência entre a comissão de avaliação do Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). As regras constam da Portaria nº 147, publicada no Diário Oficial da União.

Formada por doutores, a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA) vai verificar se os pareceres contrários do CNS ou da OAB têm fundamento. Em medicina, basta não haver manifestação do Conselho Nacional de Saúde para que o pedido de abertura do curso seja analisado pela CTAA. No caso dos cursos de direito, o recurso à CTAA será automático quando houver

divergência nos pareceres. A decisão final será da Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC).

Cerca de 300 processos de abertura de cursos de medicina e direito estão em tramitação. A mesma portaria também vai resolver a questão desses processos. A análise será feita com base nos critérios necessários para a abertura de cursos de medicina e direito. Entre os requisitos, destacam-se a existência de um corpo de professores estruturado e de um projeto pedagógico do curso; relevância social; integração do curso com o Sistema Único de Saúde (SUS) e existência de hospital de ensino, no caso de medicina.

Foram criadas duas comissões, uma para cada curso, as quais seguirão o modelo utilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

de Nível Superior (Capes/MEC) para autorizar ou não cursos de pós-graduação. As regras asseguram isenção e impessoalidade na autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos nas instituições federais e privadas de nível superior.

Em maio de 2006, com o Decreto nº 5.773, os pedidos de abertura passaram a incluir o parecer do Conselho Nacional de Saúde para medicina, odontologia e psicologia e o da OAB para direito. A comissão de avaliação do Ministério da Educação é escolhida por sorteio entre os integrantes do Banco de Avaliadores do MEC. O banco, que tinha dois mil integrantes, foi ampliado para dez mil doutores em todas as áreas da graduação.

*Fonte: Imprensa do MEC*